



03 DE JUNHO DE 2015

Quarta-feira

- CAPACIDADE INSTALADA CAI A 80,6% EM ABRIL, DE 80,8% EM MARÇO
- VENDAS DE MONTADORAS NOS EUA SURPREENDEM POSITIVAMENTE
- "A PRODUÇÃO INDUSTRIAL VAI VIRAR", DIZ LEVY APÓS PIOR RESULTADO DESDE 2011
- QUEDA NO CONSUMO AGRAVA A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA EM ABRIL
- NOVO SISTEMA FACILITA ACESSO AOS ACORDOS COMERCIAIS DO BRASIL, AVALIA CNI
- GOVERNO PUBLICA DECRETO COM REGRAS DE PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE DISTRIBUIDORAS
- CRITÉRIO PARA RENOVAR PEQUENAS DISTRIBUIDORAS ATRASA DECRETO DAS ELÉTRICAS, DIZEM FONTES
- PSA PEUGEOT CITROËN RECONHECE OS MELHORES FORNECEDORES NA AMÉRICA LATINA
- PSA PEUGEOT CITROËN INVESTIRÁ € 120 MILHÕES EM LOCALIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
- METALÚRGICOS FAZEM PROTESTO DIANTE DE CONCESSIONÁRIA
- EMPREITEIRAS LEVAM CÉTICISMO SOBRE PACOTE DE CONCESSÕES A DILMA
- INFLAÇÃO PARA FAMÍLIAS DE MENOR RENDA SOBE 0,95% EM MAIO, INFORMA FGV
- TAXA DE DESEMPREGO SEGUE EM ALTA EM MAIO
- AUMENTO DE CUSTOS ELEVA ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA, MOSTRA PESQUISA
- VENDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO FICOU ESTÁVEL NOS ÚLTIMOS CINCO MESES

- SOLDA POR FRICÇÃO COLOCARÁ MAIS ALUMÍNIO NOS CARROS
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS RECUA 27,5% EM MAIO
- IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL CAI 12,3% EM QUATRO MESES
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 15,5% EM MAIO
- ACORDO TENTA GARANTIR ENERGIA BARATA A EMPRESAS
- MESMO SEM LUCRO, COMPANHIA PODE PAGAR PLR
- HORIZONTE MINERALS ENCONTRA MAIS NÍQUEL NO PARÁ
- BRASIL PODE PERDER GRAU DE INVESTIMENTO SE LEVY FALHAR, APONTA OCDE
- FURNAS TEM O NÍVEL MAIS BAIXO DOS ÚLTIMOS 14 ANOS
- TENDÊNCIA É PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO REDUZIR EM MINAS E AUMENTAR NO PARÁ, DIZ SINDICALISTA
- O QUE FEZ OS PREÇOS DAS AÇÕES DA VALE E DO MINÉRIO DE FERRO DESCOLAREM
- METAIS OPERAM PRESSIONADOS POR VENDAS DE ESPECULADORES, MAS PODEM SE RECUPERAR

CÂMBIO		
Em 03/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,112	3,112
Euro	3,511	3,512

Fonte: BACEN

Capacidade instalada cai a 80,6% em abril, de 80,8% em março

03/06/2015- Fonte: Exame



A utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria recuou de 80,8% em março para 80,6% em abril, conforme informou nesta terça-feira, 02, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Este dado é dessazonalizado. Já a UCI sem ajuste passou de 80,5% para 80,6% no mesmo período de comparação.

De acordo com a entidade, a queda sugere uma forte ociosidade do parque fabril. Isso fica evidente, conforme a CNI, quando se observa a variação do indicador comparando os resultados de abril de 2015 com o mesmo período do ano passado (queda de 0,4 ponto porcentual).

O faturamento real da indústria também caiu em abril: -6,4% na comparação com março e -10,3% ante abril de 2014. Apesar disso, nos quatro primeiros meses do ano, o faturamento real registrou queda de 6,7% ante o mesmo período do ano passado.

"A queda de todos os indicadores reforça a tendência de contração da atividade industrial", segundo o documento Indicadores Industriais distribuído à imprensa.

Setores

O setor de impressão e reprodução foi o que apresentou a maior queda de faturamento real na indústria de transformação em março ante o mesmo mês do ano passado, informou CNI.

De acordo com a entidade, houve recuo de 35,7% no período, o que tornou a situação acumulada do quadrimestre de 2015 negativa em -34,6%.

Também tiveram desempenhos negativos significativos os setores de vestuário (-31,1% em abril e -26,9% nos quatro primeiros meses), veículos automotores (-31,1% e -20,4%), máquinas e equipamentos (-29,1% e -20,8%) e no grupo que compõe produtos diversos (-28,9% e -34,6%).

Apenas quatro setores apresentaram resultados mais positivos no mês de abril. Foram eles: madeira (28,5% e 11,7%), químicos (18% e 18,7%), outros equipamentos de transporte (10,5% e -0,7%) e celulose e papel (4,4% e 7,2%).

Emprego

O nível de emprego na indústria de transformação recuou 1% em abril na comparação com março (dado dessazonalizado) e 4,8% ante igual mês do ano passado. No quadrimestre, a baixa foi de 4,1% ante os quatro primeiros meses de 2014.

Já o número de horas trabalhadas caiu 0,7% em abril sobre março e recuou 9,6% na comparação com o mesmo mês de 2014.

No quadrimestre, a queda é de 9,1%. A massa salarial, por sua vez, registrou baixa de 1,7% pelo dado dessazonalizado de março para abril e queda de 5,6% na comparação entre os meses de abril de 2014 e de 2015.

O rendimento médio real dos empregados da indústria - que caiu 0,7% no dado na margem, 0,8% na comparação interanual e 0,1% no acumulado do ano - reforça a tendência negativa para este indicador.

"Como reflexo do forte corte de trabalhadores, também foi observada contração tanto da massa salarial como do rendimento médio", segundo boletim Indicadores Industriais.

Vendas de montadoras nos EUA surpreendem positivamente

03/06/2015- Fonte: Exame



As vendas de montadoras de automóveis nos Estados Unidos surpreenderam o mercado em maio, com resultados acima das previsões de analistas consultados pelo site especializado no setor Edmunds.

As vendas da General Motors, por exemplo, subiram 3,0% em maio deste ano ante igual mês do ano passado, para 293 mil unidades, contra uma previsão de 281,9 mil. As da Fiat Chrysler tiveram aumento de 4,0%, para 202,2 mil veículos, ante uma expectativa de 195,9 mil. Foi o melhor mês de maio da Fiat Chrysler em uma década.

Na Jeep, as vendas alcançaram 79,6 mil veículos, com forte alta de 13%, impulsionada principalmente pelos resultados dos modelos Patriot e Cherokee. Na direção contrária, as vendas da Ford caíram 1,3%, para 250,8 mil, mas acima da previsão do mercado, de 244,7 mil unidades. E a japonesa Toyota teve queda de 0,3%, para 242,5 mil unidades.

A melhora na maioria das montadoras ocorre apesar de o mês de maio ter tido um dia útil a menos de vendas em comparação o mesmo mês de 2014. Segundo analistas do setor, a recuperação da economia e as promoções do feriado do Memorial Day (última segunda-feira de maio) compensaram este fator negativo e o aumento do preço gasolina.

Para este ano, indústria automobilística dos EUA espera vender 17 milhões de novos veículos este ano, um nível não visto desde 2001.

"A produção industrial vai virar", diz Levy após pior resultado desde 2011

03/06/2015- Fonte: Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, garantiu nesta terça-feira (2) em Paris que "a produção industrial vai virar", ou seja, vai melhorar depois da queda de 1,2% em abril em relação ao mês anterior. É o pior resultado de abril desde 2011 (-2,7%), mas Levy atribui boa parte da queda a veículos, setor com queda de 2,5%.

"Na parte de automóveis e veículos, obviamente tivemos muitos anos de apoio, uma produção muito mantida pelo crédito público. É um período de acomodação", disse.

Levy, entretanto, deixou claro que o setor automobilístico continua sendo importante para o governo. “Evidentemente, acho que todo o setor é relevante, de autopeças, e temos que pensar bastante.

Esta é uma área em que deveríamos ter vantagens competitivas. Tem que ver se a estrutura de proteção [da indústria] favorece ou não [o setor]. Independentemente dos destinos que a indústria teve no passado, continua sendo uma indústria importante”, afirmou.

Sobre a possibilidade de o governo aumentar a proteção ao setor automobilístico, Levy afirmou que “tudo é relativo”. “Isso é uma questão que tem que ser estudada. A gente não vai fazer nenhum movimento”, disse.

Levy também comentou o câmbio, dizendo que “está no nível em que os mercados decidem e que reflete a percepção da nossa produtividade.”

Encontro

O ministro falou ao sair de uma reunião com Jean Pisani-Ferry, comissário-geral da France Stratégie, um centro de estudos ligado ao governo francês para pensar estratégias e avaliar políticas públicas. Levy informou que os dois discutiram vários temas, como produtividade, negociações de comércio entre Mercosul e Europa, crescimento econômico e concorrência.

“O mundo todo tem passado por um período de baixo de crescimento. Temos desafios em comum [com a França, que também enfrenta problemas de crescimento]. Nós temos a vantagem de uma população relativamente jovem.”

Um dos desafios para o Brasil, segundo o ministro, continua sendo educação, embora o brasileiro esteja “cada vez mais educado”.

Queda no consumo agrava a situação da indústria em abril

03/06/2015- Fonte: Gazeta do Povo

Com estoques elevados, consumo menor das famílias, crédito mais caro e confiança em baixa, a indústria reduziu a produção em sete de cada dez produtos em abril, na comparação ao mesmo mês de 2014.

O IBGE acompanha 805 produtos que saem das fábricas brasileiras. Desse total, 70,1% tiveram uma produção menor em abril, informou o instituto na manhã desta terça-feira (2).

A última vez em que menos da metade dos produtos acompanhados teve queda de produção foi em fevereiro do ano passado (42,4%).

A situação é ainda pior em bens de consumo duráveis (como automóveis e eletrodomésticos), com 80% dos produtos pesquisados em queda.

A produção de automóveis recuou 15,5% em comparação ao mesmo período do ano passado, com 90% dos produtos em queda. A de eletrodomésticos caiu 23,9%

Além da piora do crédito e do orçamento mais restrito das famílias, o desempenho do grupo está relacionado à retirada dos incentivos de IPI nos automóveis e da linha branca.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Com um desempenho tão ruim, a produção da indústria teve uma queda de 7,6% em abril, na comparação ao mesmo mês do ano passado. Foi a 14ª queda consecutiva, mais longa sequência da série histórica, de 2002.

Do resultado chama a atenção a intensificação das perdas de bens de consumo semi e não duráveis—produtos relacionados ao consumo das famílias brasileiras, como alimentos e bebidas.

"São segmentos mais sensíveis à deterioração do consumo das famílias. E isso afeta segmentos industriais que vinham tendo comportamento distinto o total da indústria", disse André Macedo, do IBGE.

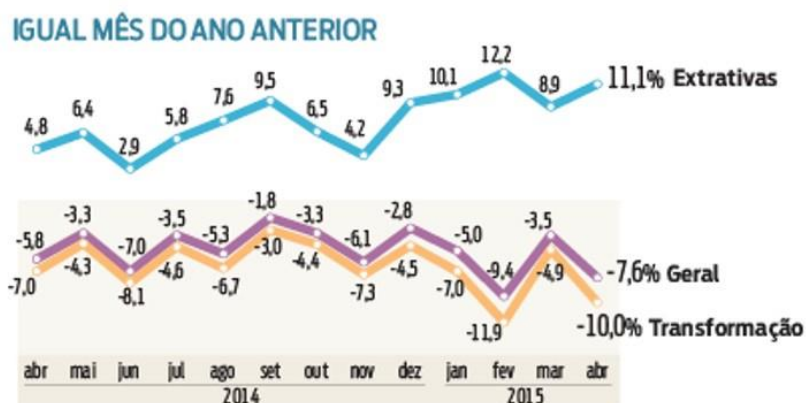
Os bens de consumo semi e não duráveis tiveram em abril a sexta queda consecutiva, com perda de 9,3% frente ao mesmo mês de 2014. Foi uma baixa mais intensa que a de 3% de março.

"O menor acréscimo na renda real e fatores como comprometimento da renda e preços mais altos justificam a perda de ritmo mais intenso [dos bens de consumo semi e não duráveis]", disse Macedo.

Na sexta-feira (29), o PIB (Produto Interno Bruto) mostrou uma queda de 1,5% do consumo das famílias no primeiro trimestre deste ano, em comparação aos três últimos meses do ano passado

PRODUÇÃO CADA VEZ MAIS FRACA

A indústria brasileira acumula queda de 6,3% no primeiro quadrimestre, na maior retração para o período desde 2009, quando o recuo foi de 14,2%:

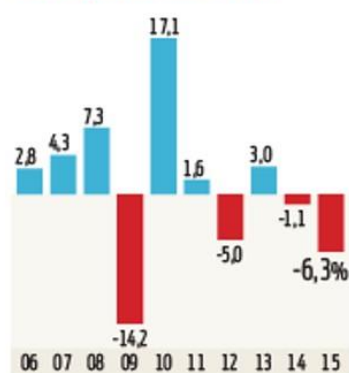


POR ATIVIDADE INDUSTRIAL



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

ACUMULADO DA INDÚSTRIA NO 1º QUADRIMESTRE



Novo sistema facilita acesso aos acordos comerciais do Brasil, avalia CNI

03/06/2015- Fonte: CNI



O Sistema de Consultas sobre Tarifas, Regras de Origem e Serviços dos Acordos Comerciais Brasileiros (Capta) facilitará a identificação de benefícios e oportunidades para o comércio exterior brasileiro, acredita a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O site do Capta reúne informações de 53 tratados comerciais assinados pelo país e permite a simulação da aplicação de tarifas e preferências dadas aos produtos e serviços em relação aos mercados internacionais.

A nova versão da ferramenta foi lançada na manhã desta terça-feira (2), em Brasília, e é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a Embaixada do Reino Unido e a CNI.

A versão atualizada do sistema - a primeira foi lançada em 2012 - tem como principal novidade a possibilidade de simular a tarifa real aplicada por 38 países às exportações brasileiras.

Além disso, inclui as concessões do Sistema Geral de Preferências (SGP) no módulo destinado às preferências tarifárias, bem como detalha as exigências de regras de origem. A consulta, que oferece resultados imediatos, é gratuita e não requer cadastro dos usuários. Os dados também estão disponíveis em espanhol e em inglês (veja quadro).

Para o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, o Capta é um importante instrumento para difundir e simplificar as informações dos tratados para que sejam mais explorados pelo setor produtivo.

“Defendemos a ampliação da rede de acordos comerciais do Brasil, mas é essencial que as empresas conheçam aqueles que já estão assinados. Nós subutilizamos esses benefícios e preferências”, afirmou. Segundo ele, o instrumento é particularmente importante para aproximar pequenas e médias empresas do processo de internacionalização.

GPS - O secretário de Comércio Exterior do MDIC, Daniel Godinho, acredita que a atualização do Capta qualifica e desburocratiza a informação sobre acordos comerciais. “O Capta é, basicamente, um GPS do comércio exterior.

É um grande mapeamento que vai dar melhores oportunidades ao importador e exportador”, afirmou. De acordo com o MDIC, o banco de dados oferecerá informações de novos acordos imediatamente após a assinatura e ratificação pelo Brasil.

A Embaixada do Reino Unido financiou o projeto. "O Capta facilitará o intercâmbio comercial entre o Brasil e outros países como o Reino Unido, pois a ferramenta também dá mais informação sobre o mercado brasileiro. E para ser competitivo dentro do país, você precisa ser competitivo fora.

O Brasil pode fazer muito mais para valorizar suas marcas no exterior", afirmou o embaixador britânico, Alex Ellis.

WORKSHOP - A Secex, a CNI e a Embaixada do Reino Unido oferecerão cursos para empresários e operadores comerciais sobre como explorar todas as utilidades do sistema. Os workshops passarão por São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Manaus e Campo Grande.

[Saiba mais sobre o Capta](#)

A nova versão do sistema está organizada em quatro módulos:

- **Preferências tarifárias:** agrega as preferências concedidas ao Brasil unilateralmente, por meio do Sistema Geral de Preferências (SGP), tornando completas as informações sobre preferências tarifárias concedidas e recebidas pelo país.
- **Regras de origem:** permite que o exportador verifique se o seu produto cumpre as regras de origem do acordo selecionado.
- **Tarifa aplicada:** apresenta, para países selecionados, o imposto de importação efetivamente aplicado a uma operação de exportação, já descontada qualquer tipo de preferência tarifária que o Brasil tenha com seu parceiro comercial.
- **Serviços:** apresenta as listas de compromissos do setor de serviços do Brasil e dos demais países membros da OMC.

Governo publica decreto com regras de prorrogação das concessões de distribuidoras

03/06/2015- Fonte: Reuters

O governo publicou nesta quarta-feira decreto presidencial que regulamenta a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, prevendo que o Ministério de Minas e Energia (MME) poderá prorrogar as concessões por trinta anos.

A renovação das concessões atenderá a critérios de eficiência da qualidade do serviço prestado, eficiência da gestão econômico-financeira, racionalidade operacional e econômica e modicidade tarifária, segundo o decreto publicado no Diário Oficial da União.

A eficiência da qualidade do serviço será medida por indicadores que considerem a frequência e a duração média das interrupções do serviço.

As empresas terão no máximo cinco anos para atender aos critérios de eficiência de qualidade do serviço e de eficiência da gestão econômico-financeira, cumprindo metas anuais, segundo o decreto.

Seu descumprimento pode resultar na necessidade de aporte de capital dos sócios controladores da concessionária.

Caso uma das metas anuais de eficiência sejam descumpridas por dois anos seguidos a concessão poderá extinta. O mesmo vale para o descumprimento dessas metas ao final de cinco anos.

No caso de distribuidoras de menor porte, com mercados inferiores a 500 GWh/ano, os critérios operacionais não serão comparados aos de concessionárias de maior porte, mas

seu desconto na tarifa de uso do sistema será reduzido em 20 por cento ao ano após a prorrogação.

O decreto prevê que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) encaminhará os processos de prorrogação com as minutas de contrato de concessão ou termo aditivo ao MME, ao qual caberá tomar uma decisão sobre a renovação.

Após a decisão, a concessionária terá 30 dias para celebrar o contrato de concessão ou o termo aditivo.

Critério para renovar pequenas distribuidoras atrasa decreto das elétricas, dizem fontes

03/06/2015- Fonte: Reuters

Praticamente pronto há semanas, o decreto com as regras para a renovação das concessões de distribuição de energia elétrica ainda não saiu devido a uma divergência interna do governo sobre os critérios para renovar os contratos das distribuidoras de menor porte, disseram à Reuters duas fontes do governo a par do assunto.

O impasse atrasa ainda mais o processo a cerca de um mês do início do vencimento dos contratos de concessão, com implicações para grandes empresas, como a Eletrobras.

Já é consenso dentro do governo que as empresas de menor porte, muitas delas regionais e municipais, terão suas concessões renovadas sem serem consolidadas dentro de distribuidoras maiores, como chegou até a ser cogitado, segundo as fontes, que pediram para não ser identificadas.

A dúvida, agora, diz respeito a como serão prorrogados os contratos. Uma ideia defendida por parte do governo, segundo essas duas fontes, seria nivelar o padrão de custos reconhecidos na tarifa cobrada por essas empresas aos de empresas maiores, como por exemplo os custos operacionais.

A corrente dentro do governo que é contrária a essa ideia argumenta que, até por uma questão de escala, as empresas de menor porte não conseguiriam obter custos de operação e manutenção semelhantes às grandes.

O resultado, na opinião de uma dessas fontes, contrária ao nivelamento, seria a inviabilização do negócio das pequenas distribuidoras.

A fonte sustenta que, se não conseguirem reduzir os custos ao nível das grandes, a diferença que não será custeada pela tarifa acabaria sendo bancada pelos acionistas.

Se no setor privado a demora para a divulgação das regras já gera certa apreensão, o atraso na publicação do decreto começa a gerar preocupações até mesmo dentro do governo, já que os primeiros contratos começam a vencer em julho.

Entre os contratos que deverão ser renovados estão o de empresas do porte da Cemig e as distribuidoras do grupo Eletrobras.

O processo de renovação das concessões interessa particularmente à Eletrobras, já que a empresa aguarda essa definição para levar adiante a venda de suas distribuidoras, como já disse à Reuters outra fonte do governo.

Segundo uma das fontes, o assunto foi discutido nesta terça-feira pelo ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, com o ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

Como o impasse persiste, a decisão final sobre o critério de renovação das pequenas empresas caberá à presidente Dilma Rousseff, segundo essa mesma fonte.

PSA Peugeot Citroën reconhece os melhores fornecedores na América Latina

03/06/2015- Fonte: Automotive Business



“A integração local é um dos nossos principais objetivos na região, dentro do plano ‘Back in the Race’ e os nossos fornecedores são fundamentais para a conquista desse objetivo. Reconhecemos hoje o seu excelente desempenho durante o ano de 2014, garantindo o desenvolvimento de produtos com um alto nível de qualidade, inovação, competitividade e custos.”

Assim, o diretor de compras da PSA Peugeot Citroën, German Mairano, abriu a cerimônia do Prêmio Fornecedores do Ano na América Latina, na terça-feira, 2, realizada na sede da empresa em São Paulo. No evento foram premiadas 21 empresas em seis categorias, de acordo com os mesmos critérios globais do grupo, além de um prêmio especial do júri.

Foi com uma injeção de ânimo - ao anunciar investimento de € 120 milhões para aumentar o índice de localização de peças na região que o diretor global de compras do grupo, Yannick Bézard, deu as boas vindas aos diretores e presidentes dos principais fornecedores da Peugeot e Citroën, que abastecem suas fábricas no Brasil e na Argentina.

Ele reforçou a importância das empresas parceiras que “se distinguiram por seus excelentes resultados em 2014 e superaram nossas expectativas, apesar do momento difícil do setor nestes dois mercados”, destacou.

Na categoria Qualidade, receberam as placas de reconhecimento Mahle e Maxion Wheels, pelo desempenho no domínio da qualidade de peças automotivas, desde a fase de desenvolvimento até a sua chegada aos clientes.

Na categoria Logística, Dura Brasil e Faurecia (divisão de escapamentos na Argentina) foram as premiadas pelo desempenho de entrega das quantidades programadas, gerando ausência de impacto logístico.

“Estamos em uma verdadeira revolução quando falamos de programação diária sequencial. No Brasil, reduzimos a média de entregas de 3,4 dias para 1,3 dia, chegando a uma redução de 4,3 para 2,2 horas de abastecimento na linha. Estamos funcionando como um ‘relógio suíço’, no mesmo nível de entrega da Europa e precisamos de fornecedores à altura deste desafio”, disse o diretor de Logística do Grupo PSA Peugeot Citroën na América Latina, Karim Touhami.

A melhor avaliada na categoria Performance de Entrega no Pós-Venda (Qualidade de peça na reposição) foi a mesma empresa, a Sogefi, mas as duas unidades, de Brasil e Argentina, que entregaram excelente taxa de serviço, mantendo qualidade nas entregas, tanto em prazo quanto em quantidades.

Na premiação da categoria Economia de Custos, o vice-presidente de compras de componentes do grupo, Jean Baptiste Formery, comentou sobre o esforço das empresas em alinhar suas estratégias com as da PSA em busca da competitividade técnica comercial. A Treves do Brasil foi a vencedora da categoria por sua pro-atividade com proposta de redução de custo para 2015:

“Mostramos que trabalhando em conjunto podemos achar soluções para ambos os lados. Para isso foi importante pensar ‘fora da caixa’, não foi fácil, é um desafio para as duas empresas”, disse Philippe Calvé, diretor comercial e de projetos da Treves no Brasil.

A montadora também quis destacar as empresas prestadoras de serviços na categoria Performance em Serviços e Equipamento Industrial, na qual premiou as unidades da Havas tanto Brasil quanto Argentina, e a empresa Verzani & Sandrini, do Brasil, pelo nível de seus serviços e qualidade dos custos.

A novidade do prêmio neste ano é a categoria Melhores Plantas, que foram avaliadas pelos critérios de qualidade, logística e competitividade. Foram 10 as premiadas: Fastplas (Diadema/SP), Faurecia Bancos (Escobar/Argentina), Mann+Hummel (Indaiatuba/SP), Mubea (Taubaté/SP), Nemak (Betim/MG), Plastic Omnium (Porto Real/RJ), Simoldes Plásticos (Caçapava/SP), Treves do Brasil (Caçapava/SP), Valeo (Campinas/SP), Yasaki (Las Piedras/Uruguai).

Por fim, um prêmio especial de reconhecimento do júri indicou a Bosch como grande vencedora por sua excelência global em diferentes domínios, como inovação, redução de custos e integração local.

“Temos uma rica parceria com a PSA Peugeot Citroën, que sempre demonstrou acreditar em nossas tecnologias, como o flex fuel e o flex start. Lembro que desde 2003, 2004, o grupo acreditou nessas apostas e é o que nos faz hoje ter essa parceria com produtos e inovações”, declarou Besalier Botelho, presidente da Bosch para a América Latina.

Veja abaixo todos os fornecedores premiados no Supplier Awards Latin America 2015 da PSA Peugeot Citroën:

QUALIDADE:

Maxion Wheels e Mahle

ECONOMIA DE CUSTOS: Treves Brasil

LOGÍSTICA: Dura Brasil e Faurecia Argentina

PERFORMANCE EM SERVIÇOS E EQUIPAMENTO INDUSTRIAL: Havas Argentina e Brasil e Verzani & Sandrini Brasil

PERFORMANCE DE ENTREGA PÓS-VENDA: Sogefi Argentina e Brasil

MELHORES PLANTAS - Brasil: Fastplas (Usina Caçapava); Mann Hummel (Usina Indaiatuba); Mubea (Usina Taubaté); Nemak (Usina Betim); Plastic Omnium (Usina Porto Real), Simoldes (Usina Caçapava); Treves (Usina Caçapava) e Valeo (Usina Campinas).
Argentina: Faurecia Bancos (Usina Escobar). **Uruguai:** Yazaki (Usina Las Piedras).

PRÊMIO ESPECIAL DO JÚRI: Bosch.

PSA Peugeot Citroën investirá € 120 milhões em localização na América Latina

03/06/2015- Fonte: Automotive Business



A PSA Peugeot Citroën investirá € 120 milhões para aumentar seu índice de localização de peças na América Latina, dos quais € 50 milhões para o Brasil e € 70 milhões para a Argentina durante o triênio 2015 a 2017.

O anúncio foi feito pelo diretor mundial de compras do grupo, Yannick Bézard, na terça-feira, 2, durante a cerimônia de premiação de fornecedores Supply Award 2015 Latam, realizada em São Paulo.

“Em linha com o planejamento estratégico global Back to the Race, devemos insistir na competitividade dos nossos veículos e centros de produção, com excelência no controle dos custos e aumentando a integração. No Brasil e na Argentina, a única maneira de redução de custos é primar pelo aumento o índice de localização e devemos fazê-lo trabalhando juntos”, disse Bézard aos presidentes e diretores dos principais fornecedores do grupo na região.

Ele destacou que a PSA Peugeot Citroën conseguiu obter resultados satisfatórios em dois dos três principais objetivos traçados para o ano de 2014: redução de custo fixo e o que ele chamou de “desendividamento”.

Entretanto, reiterou que a empresa precisa continuar avançando no quesito rentabilidade, apesar de ter fechado o ano no azul.

Bézard disse ainda que a estratégia global também inclui uma reformulação da gama de veículos cada vez mais adequada aos mercados. Atualmente, o grupo tem em seu portfólio sete plataformas globais e 25 modelos: o programa prevê que até 2020, devem ser apenas duas plataformas, uma do segmento B, para carros compactos, e uma do segmento C, para veículos médios.

Brasil e Argentina devem ter, prioritariamente, uma plataforma, mas possivelmente avançarão para a segunda plataforma no futuro, esta deverá ser introduzida na fábrica argentina de El Palomar, que já produz modelos em plataforma média.

Para o diretor de compras da PSA Peugeot Citroën para a América Latina, German Mairano, o avanço do grupo no mundo permitiu à empresa socorrer as operações da América Latina.

Ainda no ano passado, a montadora decidiu dar fôlego às operações da região, injetando capital de R\$ 2,6 bilhões, em parte para reduzir dívidas. Segundo o executivo, esta é a prova da importância das operações da região para o grupo, o que reforça a presença das marcas nos mercados locais.

Ele também reafirma a necessidade de aumentar a localização de componentes para manter a saúde da companhia:

“Apesar do grupo ter apresentado um desempenho importante em 2014, na América Latina ainda temos problemas: a queda do mercado, que se acentuou, e a volatilidade cambial. Sem uma boa localização de peças, temos que importar e isso é extremamente desgastante considerando o preço flutuante do dólar exatamente em um momento que precisamos conter os custos. Em anos anteriores, tínhamos o problema financeiro, agora temos condições e investimento para fazer”, apontou.

O plano é aumentar o índice de localização dos atuais 65% para 85% até 2019, sendo que 68% devem ser alcançados ainda este ano.

Em cinco anos, o Brasil deverá representar 72% do total de compras da PSA Peugeot Citroën na América Latina, enquanto que a Argentina será responsável por 55% do total. Ele admite que o mais difícil de integrar na região continuará sendo componentes elétricos e transmissões, sobretudo as versões automáticas.

O executivo revela que o Grupo PSA pretende intensificar o trabalho conjunto que iniciou com os fornecedores locais, focando em redução de custo.

Ele conta que o projeto, criado no Japão e denominado “monozukuri” trata de verificar onde e em quais aspectos montadora e fornecedores conseguem melhorar o fluxo ao mesmo tempo em que reduzem o custo da operação.

“É um encontro que fazemos com cada empresa, analisando cada papel, incluindo os tiers 2. Estimamos que neste primeiro ano, com 15 fornecedores brasileiros, consigamos uma redução em torno de € 3 milhões.”

Metalúrgicos fazem protesto diante de concessionária

03/06/2015- Fonte: Automotive Business



Cerca de 300 trabalhadores da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SP) participaram na manhã de terça-feira de um ato em frente a uma concessionária de automóveis na zona Sul da cidade de São Paulo. Os metalúrgicos protestaram contra as 500 demissões realizadas na fábrica de caminhões e chassis de ônibus da montadora.

Segundo o sindicato dos metalúrgicos do ABC, a maioria dos manifestantes fazia parte do grupo que estava em layoff (suspensão temporária de contrato de trabalho) havia um ano. Eles conversaram com pedestres e distribuíram panfletos. Ao contrário do que ocorre com os caminhões, a venda de automóveis Mercedes bate recordes este ano.

A pedido do sindicato, a Mercedes-Benz tornou a reabrir em 1º de junho o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Aqueles que não aderiram ao programa foram demitidos nesta segunda-feira. A Mercedes ainda tem 215 trabalhadores em layoff e toda a produção (cerca de 7 mil trabalhadores) está em férias coletivas até 15 de junho.

Empreiteiras levam ceticismo sobre pacote de concessões a Dilma

03/06/2015- Fonte: Folha de S. Paulo

Em reunião com empresários, o governo Dilma ouviu que o pacote de concessões terá de conter regras que evitem investimentos pesados nos primeiros anos, para que os projetos tenham viabilidade econômica.

Segundo executivos ouvidos pela **Folha**, o atual cenário de retração da economia, a escassez de crédito e concessões pouco atrativas não permitem planos que exijam grande gasto na fase inicial.

Empresários do setor foram ouvidos individualmente e em grupos pelo governo.

Na reta final da elaboração do plano, que deverá ser lançado na próxima terça (9), as reuniões têm sido marcadas pelo ceticismo e desconfiança dos investidores.

Um problema mencionado por empresários à **Folha** é a obrigatoriedade de duplicação de rodovias nos cinco primeiros anos, prevista no primeiro plano de concessões da presidente Dilma. Na atual conjuntura, afirmam empreiteiros, isso é inviável.

A sugestão, que será apresentada oficialmente à presidente, é a criação de um gatilho. A duplicação teria de começar quando o tráfego na rodovia atingir determinado fluxo que justifique a obra.

Empresários consideram que o pacote pode ser apenas uma "intenção de concessões", já que estudos e avaliações vão demandar pelo menos um ano. Gastos efetivos, somente a partir de 2017.

O que pode sair mais rapidamente é um programa de novas obras de atuais concessionários de rodovias, ferrovias e portos, estimado em mais de R\$ 30 bilhões.

FILÉ

Há dois problemas principais apontados pelo setor produtivo. O primeiro é que as concessões de agora têm menor capacidade de gerar receita (o que era chamado de filé já foi concedido).

"Esse programa vai exigir um maior esforço de coordenação do governo. Os projetos são mais desafiadores, já que os melhores já foram", disse Paulo Cesena, diretor da Odebrecht Transport.

Segundo ele, a maioria das empresas nacionais já toca projetos de longo prazo, o que as deixa mais seletivas.

A maior preocupação é com o financiamento. O pacote de 2012 só foi possível graças a empréstimos do BNDES com juros baixos e prazos longos. As restrições orçamentárias agora impedem esse modelo.

"O que pode fazer esse programa funcionar é ampliar os limites legais, para que tenhamos financiamentos com prazos e juros adequados e garantia de que o tempo da concessão é suficiente para dar retorno ao investimento", afirmou João Santana, presidente da construtora Constran, que defende prazos de concessão superiores aos atuais 30 anos.

Inflação para famílias de menor renda sobe 0,95% em maio, informa FGV

03/06/2015- Fonte: Agência Brasil

IPC-C1 de maio apresentou elevação de 0,95%, pressionado por habitação e alimentação Marcello Casal Jr/Agência Brasil

O Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), de maio, apresentou elevação de 0,95%, taxa 0,21 ponto percentual acima da registrada em abril, quando o índice registrou variação de 0,74%, informou o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com este resultado, o indicador acumula alta de 6,31%, no ano, e 8,97%, nos últimos 12 meses.

O IPC-C1 é um indicador mensal que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços para famílias com renda de um a 2,5 salários mínimos mensais. O período de coleta se estende do dia primeiro ao último dia de cada mês. A divulgação dos resultados do IPC-C1 ocorre mensalmente.

Quatro das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação: habitação (0,64% para 1,16%); alimentação (0,82% para 1,16%); despesas diversas (0,36% para 1,53%) e educação, leitura e recreação (0,22% para 0,36%).

Os destaques, nesses grupos, foram: tarifa de eletricidade residencial (1,26% para 2,81%), hortaliças e legumes (1,39% para 11,28%), jogo lotérico (0,00% para 20,62%) e salas de espetáculo (-0,25% para 1,63%).

Os seguintes grupos apresentaram decréscimo em suas taxas de variação: transportes (0,18% para -0,19%); saúde e cuidados pessoais (1,80% para 1,54%); vestuário (0,99% para 0,81%) e comunicação (-0,24% para -0,30%).

Nestas classes de despesa, destacam-se a queda de preços dos seguintes itens: tarifa de ônibus urbano (0,35% para -0,34%), medicamentos em geral (3,59% para 2,03%), roupas femininas (1,55% para 0,79%) e tarifa de telefone residencial (-0,64% para -0,76%).

Taxa de desemprego segue em alta em maio

03/06/2015- Fonte: Agência Brasil

A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas acompanhadas pela PME/IBGE deve ficar em 6,5% em maio de 2015, segundo a projeção Catho-Fipe. Esse valor é 1,6 ponto percentual maior do que o registrado em maio de 2014.

Esse número representará o maior aumento da taxa de desemprego com relação ao resultado do mesmo mês do ano anterior desde dezembro de 2003. Nem na crise de 2008-2009 a deterioração do mercado de trabalho no período de 12 meses foi tão grande.

A Fipe e a Catho apresentam também outros indicadores que reforçam esse diagnóstico negativo. Além do aumento esperado da taxa de desemprego, nota-se que o salário médio de admissão registrou queda de 1,4% na comparação livre de efeitos inflacionários entre abril de 2015 e o mesmo mês do ano anterior.

A 'Pressão Salarial' média dos últimos 3 meses também sofreu nova redução, atingindo 0,896 em abril. Isso mostra que os novos admitidos estão sendo contratados por um salário 10,4% menor se comparado àqueles que deixaram seus empregos.

Esse movimento de piora nos salários e na pressão salarial é consistente com a piora que esperamos para a taxa de desemprego.

Ao compilar e processar informações de currículos, anúncios de vagas e de contratações disponibilizados pela Catho, a Fipe calcula uma estimativa para a taxa de desemprego da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE)*.

A estimativa da Taxa de Desemprego Antecipada de maio de 2015 é de 6,5%, ligeiramente maior do que a registrada em abril e 1,6 ponto percentual maior em relação ao mesmo mês de 2014.

Se a nossa projeção for confirmada, esse será o sétimo mês seguido no qual a taxa de desemprego fica acima ou igual à registrada no mesmo mês do ano anterior. Não obstante, a tendência segue de piora, visto que a cada mês que passa a distância da taxa de desemprego atual com relação à do mesmo mês do ano anterior aumenta.

De fato, caso a nossa projeção seja confirmada, o resultado de maio dessa conta – aumento de 1,6 ponto percentual – será o maior registrado desde Dezembro de 2003.

A estimativa da Taxa de Desemprego Antecipada feita por meio da técnica do “nowcasting” utiliza dados disponibilizados em “tempo real” para produzir informações e estatísticas precisas, sem a necessidade de esperar semanas ou meses até os institutos de pesquisa divulgarem os indicadores oficiais e defasados.

No caso da Taxa de Desemprego, a Fipe cruza informações obtidas com buscas na Internet (por meio de palavras chave relacionadas a emprego, por exemplo) com informações de vagas, candidatos e contratações da Catho, além de outros dados econômicos e também a própria série da PME dos meses anteriores para estimar a taxa de desemprego do mês corrente.

Outro indicador bastante relevante para o monitoramento do mercado de trabalho é o salário médio de admissão. Por indicar como está a evolução da remuneração dos trabalhadores que iniciam um novo vínculo, tem a qualidade de ser um termômetro mais ágil de variações dos salários do que a média de remuneração de toda a população ocupada.

Em abril, o salário de admissão médio apresentou queda de 1,4% descontada a inflação quando comparado ao resultado do mesmo mês do ano anterior. Ainda que esse resultado seja ligeiramente superior ao dos últimos meses (em fevereiro a queda foi de 2,1% e em março de 1,5%) é fato que o resultado atual ainda se configura como um número fraco de variação dos salários de admissão.

A comparação dos salários médios de admissão e de desligamento é útil para identificar o grau de dificuldade que as empresas encontram quando precisam contratar novos funcionários. Ou, por outro ângulo, mostra também a condição que os postulantes a novos empregos encontram no momento de negociar seus salários.

A medida é calculada de forma simples: é a divisão entre o salário de admissão médio pelo salário de desligamento médio em um determinado mês, segundo o Caged/MTE. Se for igual a 1, significa que em média os trabalhadores novos estão sendo contratados pelo mesmo salário daqueles que deixam seus empregos.

Porém, normalmente, esse valor é menor do que 1, já que os novos contratados costumam ter salários menores que os desligados. À medida em o tempo passa, o vínculo entre a empresa e o empregado se fortalece, e o trabalhador avança na progressão salarial.

Portanto, quanto maior a pressão salarial, maior o 'aperto' no mercado de trabalho. Os dados exibidos no gráfico acima mostram a série dessazonalizada da Pressão Salarial para o Brasil desde 2006 em forma de média móvel de 3 meses afim de evitar flutuações espúrias de curto prazo.

Durante a crise financeira de 2008-2009 houve forte queda nesse indicador, que voltou a subir em 2010 e atingiu o pico de 0,941 em abril de 2012. A partir de então, lentamente, a pressão salarial apresenta tendência de queda e já está significativamente abaixo da média do período 2006-2015, indicando que o mercado de trabalho está num período menos apertado.

Em abril/2015, a pressão salarial livre de efeitos sazonais foi de 0,896, ou seja, em abril o salário médio dos admitidos foi 10,4% menor do que o dos desligados no período.

Aumento de custos eleva economia de água e energia, mostra pesquisa

03/06/2015- Fonte: Agência Brasil

Pesquisa nacional sobre consumo consciente, feita pela Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ) e Instituto Ipsos, mostra que "não por acaso", houve avanços na economia de energia e água, disse o economista da Fecomércio-RJ, Christian Travassos.

De acordo com a sondagem, aumentou o uso racional de água e energia no país. Somente um em cada dez brasileiros (11% dos consultados) disseram lavar a calçada com jato de água. No ano passado, 25% mantinham esse hábito.

Entre os que relataram lavar o carro com mangueira, o número atingiu 20%, em 2014, e caiu agora para a metade. Também quando indagados se apagavam as luzes ao sair de um recinto e se fechavam a torneira ao escovar os dentes, houve forte adesão entre os entrevistados, com 96% e 93%, respectivamente.

Christian Travassos analisou que os indicadores foram positivos. Salientou, entretanto, que isso não significa que as pessoas estão mais atentas à preservação do meio ambiente.

"As pessoas estão economizando mais energia porque ela aumentou no Brasil quase 60% nos últimos 12 meses, contra inflação média de 8%, e isso afetou o bolso das empresas e do consumidor residencial, de modo significativo. Isso leva empresários e consumidores a reverem hábitos e, eventualmente, a trocarem lâmpadas e fazerem pequenas reformas para reaproveitar a água", indicou.

Do ponto de vista da água, o economista lembrou que o cenário é de reservatórios com volumes baixos e uso do volume morto, incentivando a economia pelos consumidores. Ele acentuou que a questão da água está ligada à energia, uma vez que a justificativa apresentada para a majoração das tarifas de energia elétrica foi o problema da seca.

"Então, ao mesmo tempo em que ele economiza energia, ele poupa mais água também, porque está preocupado em não ficar sem água, e em fazer o seu papel na economia pedida pelo Poder Público". Isso ocorre de forma consciente ou inconsciente, indicou. No que se refere ao desperdício de alimentos, a pesquisa revela que as pessoas "seguraram" o consumo ao longo do último ano.

A parcela de brasileiros que verificam os armários e a geladeira antes de fazer compras ficou em 68%, este ano, contra 71% no ano passado. Travassos explicou que os dados não significam que o consumidor esteja menos consciente na hora de comprar.

“Ele está comprando menos. Em termos de cenário, ele olhou menos o armário, porque o armário dele está mais vazio, e ele tem noção do que deve comprar.

Ele está enchendo menos o carrinho e gastando o mesmo ou mais, em função do cenário econômico”. Embora retrate o consumo consciente, a pesquisa gera subsídios para falar do momento econômico.

Em termos de reciclagem de lixo, a sondagem mostra que ao longo dos últimos dez anos pouco variou o percentual de brasileiros que separaram o lixo para reciclagem. O número varia entre 40% e 50%. Este ano, ficou em 45%, mostrando leve piora em relação aos 48% do ano passado. “A gente não passa de metade da população, pelo menos por enquanto.

A principal razão para isso é o fato de o brasileiro em geral acreditar que o lixo acaba misturado na coleta pública. “Se o Poder Público separa o lixo, essa informação ainda não ficou clara para o consumidor brasileiro”.

Para 64% dos brasileiros não adianta separar o lixo, porque ele acaba sendo misturado na coleta pública. A tendência natural, porém, seguindo o que ocorre no mundo, é a ampliação dos que separam o lixo. “É provado que existe ganho com a separação, para a sociedade, o meio ambiente, os governos e a população”, ressaltou.

Na parte dos alimentos orgânicos, houve estabilidade em relação ao ano passado, com consumo por 21% da população. “Um em cada cinco brasileiros afirma consumir produtos orgânicos”.

Apesar de haver maior informação sobre os benefícios dos orgânicos para a saúde e o meio ambiente, o cenário econômico adverso, de 2014 para cá, contribuiu para elevar os preços dos produtos.

Travassos ponderou que a partir do momento em que o Poder Público valorizar o orgânico e o mercado se ampliar, haverá maior produção, e isso vai diminuir custos.

“Quando você incentiva a produção orgânica, está incentivando toda uma cadeia mais saudável. No médio prazo, há ganhos para o bolso e para o meio ambiente, porque reduz gastos com saúde, com preservação do solo e ações de reparação da natureza”, comentou.

Venda de material de construção ficou estável nos últimos cinco meses

03/06/2015- Fonte: Agência Brasil

Entre as categorias pesquisadas, na construção civil, o cimento apresentou alta de 4% no mês
Arquivo/Agência Brasil

As vendas de materiais de construção no varejo ficaram estáveis nos primeiros cinco meses do ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com a Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamac).

No mês de maio, houve queda de 2% referente ao mês de abril e de 7% sobre maio de 2014. A retração ocorreu em três regiões: Nordeste (-3%), Sul (-5%) e Sudeste (-3%). Norte e Centro-Oeste registraram crescimento de 11% e 4% respectivamente.

Entre as categorias pesquisadas, cimento apresentou alta de 4% no mês e metais sanitários mantiveram o mesmo patamar de abril. As demais tiveram ligeira queda no

período: revestimentos e tintas (-3%), fechaduras e ferragens e telhas de fibrocimento (-2%) e louças sanitárias (-1%).

No campo das expectativas, cerca de 45% dos entrevistados acreditam que poderão recuperar parte das vendas já no mês de junho. Outros 40% esperam que, em junho, as vendas se mantenham no mesmo patamar de maio.

Entre os estabelecimentos pesquisados, as grandes lojas e os *home centers* apresentaram resultado positivo no mês de maio, com aumento de vendas de 5% com relação a abril. As lojas médias tiveram queda de 5% e as pequenas ficaram estáveis.

Com os resultados dos primeiros cinco meses do ano, a Anamaco reviu a expectativa de crescimento em 2015, de 6% para 3% sobre o ano passado. Em 2014, o setor bateu recorde de faturamento histórico, com um montante de R\$ 60 bilhões.

Solda por fricção colocará mais alumínio nos carros

03/06/2015- Fonte: CIMM

A otimização de um processo de soldagem poderá ser a grande responsável pela ampliação do uso do alumínio em carros e caminhões.

A melhoria deu ao processo a velocidade, a qualidade e a consistência exigidas pela indústria automobilística, produzindo, por exemplo, uma porta de carro que é 62% mais leve e 25% mais barata do que a produzida com os métodos de fabricação atuais.

A inovação é resultado da melhoria de uma técnica de soldagem por fricção conhecida como "solda por fricção e mistura mecânica", que agora pode ser usada para unir chapas de alumínio de diferentes espessuras, o que é essencial para a produção de autopeças que são leves, mas com a resistência necessária para garantir a segurança.

"O resultado é um processo comprovado que supera as limitações de velocidade, escala e qualidade da solda por fricção e mistura mecânica, que impediam seu uso pela indústria automobilística," resumiu Yuri Hovanski, dos laboratórios PNNL, nos Estados Unidos.

O processo também é 10 vezes mais rápido do que as técnicas atuais de soldagem por fricção, alcançando pela primeira vez velocidades de produção que satisfazem os requisitos da indústria automobilística.

Solda por fricção e mistura mecânica

Uma máquina de solda por fricção parece com um cruzamento entre uma furadeira e uma máquina de costura.

Atuando sobre duas folhas de metal postas lado a lado, a "broca" - na verdade um pino - gira contra ambas as extremidades. Conforme ela viaja ao longo da lateral das placas, o atrito aquece, mistura e junta as duas chapas sem derretê-las.

Isto é essencial porque algumas peças de alumínio para automóveis - como portas e capôs - precisam ser feitas com duas chapas, a externa dando a resistência, e a interna dando o formato adequado, mas podendo ser muito mais leve.

"Vislumbramos este processo, e futuras versões dele, permitindo combinações completamente novas de materiais que irão revolucionar o uso de materiais na indústria automobilística," disse Hovanski, acrescentando que a equipe continuará trabalhando no projeto pelos próximos dois anos.

Venda de veículos novos recua 27,5% em maio

03/06/2015- Fonte: CIMM

As vendas de veículos novos em maio caíram 3,04% ante abril e tombaram 27,49% na comparação com o mesmo mês do ano passado, divulgou nesta segunda-feira (1º), a Federação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Fenabrave). Com o resultado, os licenciamentos acumulam queda de 20,93% nos cinco primeiros meses deste ano ante igual período de 2014.

De acordo com dados da Fenabrave, nos 20 dias úteis de maio, foram vendidos 212.713 automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões novos em todo o País, quantidade menor do que os 219.371 licenciados nos 20 dias de vendas de abril e do que os 293.344 veículos emplacados durante os 21 dias úteis de maio do ano passado. Os números aproximados tinham sido adelantados pelo 'Broadcast', serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, com base nos dados do Renavam.

Segmentos

O segmento de pesados apresentou mais uma vez o pior desempenho nas vendas. Em maio, os emplacamentos de caminhões e ônibus juntos caíram 0,14% na comparação com abril e recuaram 49,96% ante o mesmo mês do ano passado.

Com o resultado, as vendas de pesados acumulam recuo de 38,77% nos cinco primeiros meses de 2015, na comparação com igual intervalo de tempo do ano passado.

Segundo a Fenabrave, em maio, foram vendidos 1.711 ônibus, o equivalente a quedas de 11,8% em relação a abril e de 36,23% ante maio de 2014.

No acumulado do ano até maio, os licenciamentos de ônibus caem 24,75%. Já os emplacamentos de caminhões somaram 6.024 unidades, alta de 3,75% na variação mensal, mas queda de 52,85% frente um ano atrás.

Com o resultado, a venda de caminhões acumula retração de 42,24% nos cinco primeiros meses deste ano.

As vendas de automóveis e comerciais leves juntos, por sua vez, caíram 3,14% em maio ante abril e 26,24% na comparação com o mesmo mês de 2014. Com isso, os emplacamentos acumulam queda de 20,02% em 2015.

Em maio, foram emplacados 175.636 automóveis, baixas de 2% na variação mensal e de 24,5% na anual. No ano, acumulam tobo de 19,37%.

Já a venda de comerciais leves caiu 9,44% em maio ante abril e 35,17% ante maio de 2014, ao somarem 29.342 unidades. No ano, acumulam recuo de 23,41% até maio.

Motos e implementos

Somando motocicletas, implementos rodoviários, máquinas agrícolas e outros veículos, o total de emplacamentos em maio chegou a 333.806 unidades, quedas de 2,7% em relação a abril e de 24,15% ante um ano atrás.

Com o resultado, as vendas totais do setor de distribuição de veículos acumulam retração de 18,2% em 2015 até maio, na comparação com igual período de 2014.

Importação de bens de capital cai 12,3% em quatro meses

03/06/2015- Fonte: CIMM

O valor negociado com a importação de bens de capital sofreu uma redução de 12,3% no acumulado de janeiro a abril de 2015, comparativamente ao mesmo período do ano passado, caindo de US\$ 16.233,9 milhões para US\$ 14.236,7 milhões.

Os itens acessórios para maquinaria industrial e máquinas e ferramentas foram os mais impactados, com quedas de 24,3% e 20,2%, respectivamente.

O volume financeiro negociado nesses itens corresponde a US\$ 932,2 milhões ante US\$ 1.230,8 milhões (acessórios para máquina industrial) e US\$ 65,1 milhões ante US\$ 82,3 milhões (máquinas e ferramentas).

No mesmo período, a importação de partes e peças para bens de capital subiu 2,3 %, movimentando US\$ 2.949,2 milhões ante US\$ 2.883,9 milhões de janeiro a abril do passado.

Considerando-se a importação total de máquinas e equipamentos para a indústria em geral (não só máquinas-ferramenta), a atividade teve queda de 15,9% no primeiro quadrimestre de 2015, comparativamente a igual período de 2014.

Os dados fazem parte do boletim Avaliação e Perspectivas da Economia Brasileira – edição de maio, realizado pelo economista e professor do Insper, Otto Nogami, consultor da ABIMEI (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais).

O boletim analisa os dados já consolidados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDic) e Câmara do Comércio Exterior (Camex) até 30 de abril. O documento destina-se à orientação dos importadores de máquinas-ferramenta e equipamentos industriais associados da Abimei.

O aumento na importação de partes e peças para bens de capital aponta para uso do retrofitting como alternativa à importação de máquinas novas. “A indústria nacional não possui escala que justifique a fabricação de determinados tipos de máquinas e também, muitas vezes, não detém a necessária tecnologia para produzi-los em suas fábricas locais. Sem recursos para adquirir novas máquinas, adota o chamado retrofitting, que é a recuperação de máquinas usadas”, afirma Ennio Crispino, presidente da Abimei.

Baixas sucessivas

A importação de bens de capital vem sofrendo perdas significativas desde 2011, quando apresentou recuperação de 10% sobre o ano anterior. De lá para cá, segundo o presidente da ABIMEI, o ritmo da atividade caiu cerca de 20% em 2012, 20% em 2013 e 7,6 em 2014.

Ao mesmo tempo, a produção industrial brasileira teve queda de 2,7% em 2012, pequena alta de 1,2% em 2013 e voltou a cair 3,4% em 2014, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram nova piora na atividade industrial em abril. Segundo a última pesquisa de Sondagem Industrial, o índice de evolução da produção ficou em 39,7 pontos (valores abaixo dos 50 pontos revelam queda na produção).

A utilização média da capacidade instalada ficou em 67%, 4 pontos percentuais menos que em abril de 2014. Ao mesmo tempo, os estoques elevaram-se 1,8 ponto acima da linha divisória de 50 pontos (ficou em 51,8 pontos), o que está dentro da margem de erro da pesquisa.

Nesse cenário, as expectativas também sofreram abalo: o Índice de Intenção de Investimento atingiu 44,2 pontos, o menor da série histórica, iniciada em novembro de 2013.

Perspectivas

Segundo o economista e consultor da Abimei, Otto Nogami, as importações de bens de capital devem acompanhar o "esfriamento" da economia, chegando a US\$ 36 bilhões no volume de negócios, em 2015. Essa queda representa 24,6% em relação ao total negociado em 2014.

O item maquinaria industrial puxa essa tendência, devendo importar menos 37,4% que no ano passado, com movimentando cerca de US\$ 8,5 bilhões.

Pedidos de falência caem 15,5% em maio

03/06/2015- Fonte: Exame

Os pedidos de falência caíram 15,5% em maio ante abril, informou a Serasa Experian nesta terça-feira, 3.

Na comparação com maio do ano passado, a retração foi mais branda, de 3,5%.

Dos 136 requerimentos de falência efetuados no mês passado, 63 foram de micro e pequenas empresas, 34 de médias e 39 de grandes.

Segundo os economistas da Serasa Experian, a retração nos pedidos de falência em maio se deve à alta base de comparação de abril, quando 161 companhias pediram falência.

No mês passado, 98 empresas pediram recuperação judicial, a mesma quantidade registrada em abril.

O maior número de requerimentos foi feito pelas médias empresas (45), seguidas das micro e pequenas (32) e das grandes companhias (4).

Metodologia

O indicador de falências e recuperações da Serasa é construído a partir do levantamento mensal das estatísticas de falências (requeridas e decretadas) e das recuperações judiciais e extrajudiciais registradas mensalmente na base de dados da Serasa Experian, provenientes dos fóruns, varas de falências e dos Diários Oficiais e da Justiça dos Estados.

Acordo tenta garantir energia barata a empresas

03/06/2015- Fonte: Exame

O líder do PMDB no Senado e relator da Medida Provisória 670, Eunício Oliveira (CE), costura um acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Palácio do Planalto para incorporar na proposta uma emenda que garanta energia barata, fornecida pela Chesf, subsidiária da Eletrobras, a indústrias eletrointensivas instaladas no Nordeste - Vale, Gerdau, Braskem, Dow, Paranapanema, Ferbasa e Mineração Caraíba.

No fim de janeiro, a presidente Dilma Rousseff vetou dois artigos de outra MP, a 656, que estendia até 2042 a vigência de acordo entre a Chesf e as empresas.

Diante do veto, os contratos continuam valendo até o dia 30 deste mês. Mas, desde então, o governo se comprometeu nos bastidores a incluir uma proposta para as empresas na MP 670.

Atualmente, as indústrias pagam R\$ 110,00 por megawatt-hora (MWh), mas os contratos serão encerrados em 30 de junho, quando a energia produzida pela Chesf passará a ser entregue em cotas, a R\$ 30 por MWh, para as distribuidoras.

A legislação não permite uma nova prorrogação desses contratos.

As empresas, que receberam esse subsídio para se instalar no Nordeste, ameaçam demitir trabalhadores e até encerrar suas atividades, pois não conseguem fechar contratos no mercado livre nessas condições e, no mercado à vista, a energia está cotada a R\$ 370,41 o MWh.

A proposta em discussão prevê a criação de um fundo, que serviria para financiar novos projetos de geração no Nordeste para fornecer energia para as empresas e também para os consumidores residenciais, preferencialmente de fontes eólica e solar.

Mesmo sem lucro, companhia pode pagar PLR

03/06/2015- Fonte: Portal Contábil

Embora a Justiça do Trabalho venha liberando empresas do pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a funcionários pelo fato de não terem obtido lucro, magistrados ressaltam que a obrigação dessa remuneração nem sempre está vinculada aos resultados financeiros.

Para o presidente da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo 2ª Região, desembargador Rafael Pugliese, o pagamento da PLR não tem que ser sinônimo de lucro. "Embora a companhia não tenha atingido valores financeiros vantajosos, ela tem que olhar também para o resultado do trabalhador", diz.

Segundo o desembargador, "a atividade produtiva pode perfeitamente compreender metas que, embora bem eficazes e que tragam resultados altamente proveitosos, ainda mantêm a companhia no prejuízo naquele momento, para poder reascender em uma condição melhor".

Apesar disso, Pugliese reconhece que nos acordos firmados na Seção de Dissídios Coletivos, o que prevalece é a vontade das partes. "A negociação é a boa-fé nos relacionamentos. O coletivo dos empregados sabe se a produção está baixa, se a companhia está exportando ou não. Eles têm condições de sentar e na boa-fé chegar a um resultado idôneo", afirma.

Para o desembargador, "o acordo é uma sentença escolhida pelas partes. O máximo que chegamos a fazer, em casos extremos, é a manutenção de valores pretéritos, com base na súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST)".

A maioria dos casos que chega à Seção de Dissídios Coletivos trata da resistência de companhias em implantar um programa de PLR, segundo Pugliese. Na avaliação do magistrado, o benefício não deveria ser visto como um dispêndio, mas como um investimento, uma aposta para um retorno maior ao empreendimento.

Já nas ações individuais, a maioria dos trabalhadores discute o pagamento de PLR previsto em convenção coletiva, mas que não foi pago pelo empregador. Segundo o juiz titular da 18ª Vara do Trabalho de São Paulo, Paulo Jakutis, geralmente são casos em que a empresa descumpre ou desconhece que existe a norma coletiva e assim não quita benefícios previstos entre eles a PLR. "Essa discussão é bem frequente e tem crescido com o aumento de normas coletivas", afirma o magistrado.

Para Jakutis, nem sempre a companhia vincula pagamento de PLR a resultados financeiros, mas nos casos em que isso ocorre fica mais fácil demonstrar que não se atingiu o resultado. Muitas empresas, porém, estabelecem metas ligadas aos resultados dos funcionários que não são tão objetivas.

A Justiça do Trabalho ainda recebe inúmeros processos em que o pagamento de PLR é considerado uma fraude. É o caso, por exemplo, de trabalhadores que recebem parcelas mensais, com essa denominação, apenas para que esses valores não tenham reflexos nas demais verbas trabalhistas, como o FGTS, horas extras e 13º salário.

"Normalmente são empresas maiores que, com alguma orientação, tentam burlar a legislação trabalhista", afirma o juiz Paulo Jakutis. Por último, ainda há trabalhadores que na reclamação trabalhista pleiteiam a participação nos lucros, como um de seus pedidos.

Horizonte Minerals encontra mais níquel no Pará

03/06/2015- Fonte: Portal Contábil



A Horizonte Minerals anunciou nesta quarta-feira que encontrou mais níquel no projeto do Araguaia, no estado do Pará. Pesquisas feitas na zona de Pequizeiro encontraram 18,99 metros com um teor de níquel de 2,27%, e 17,3 metros com teor de 3,04% de níquel.

Já a busca na zona de Jacutinga encontrou 17,3 metros de minério com teor de 2,07% de níquel e outros 4,44 metros com teor de 3,04% de níquel.

Segundo o executivo-chefe da Horizonte, os resultados corroboram os planos iniciais de construção de uma mina que deve operar de 8 a 10 anos.

Brasil pode perder grau de investimento se Levy falhar, aponta OCDE

03/06/2015- Fonte: O estado de S. Paulo

O fracasso do ajuste fiscal executado atualmente pela equipe econômica é um dos maiores riscos enfrentados pela economia brasileira. A avaliação é da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Se o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, falhar no esforço para controlar as contas públicas, diz a entidade, o País poderia perder o grau de investimento.

A organização, que reúne mais de 30 países para estudar políticas para o desenvolvimento, piorou as projeções de crescimento econômico para o Brasil em 2015 e

2016. Para este ano, está prevista uma queda de 0,8% para o Produto Interno Bruto (PIB). Para o ano que vem, o crescimento esperado é de 1,1%.

"Os riscos para as perspectivas incluem o fracasso em alcançar o ajuste fiscal anunciado, o que está sendo visto como um teste decisivo para a melhora das políticas macroeconômicas", diz o relatório anual Economic Outlook, divulgado esta manhã em Paris.

"Além de reduzir o investimento, isso (o fracasso do ajuste fiscal) poderia resultar na perda de grau de investimento do Brasil", completa o texto.

Outro risco vem da estatal Petrobrás. Para a entidade, a maior dificuldade relacionada à empresa seria o surgimento de problemas maiores que o esperado, especialmente se as investigações levarem a mais falências na cadeia de petróleo e gás no Brasil.

Ainda no campo dos riscos, a OCDE nota que o nível dos reservatórios de água aumentou recentemente. Mesmo assim, "a possibilidade de um racionamento de energia ou água continua". Problemas no abastecimento poderiam gerar impacto negativo na economia brasileira como os vistos nos anos 2000, diz o estudo.

Furnas tem o nível mais baixo dos últimos 14 anos

03/06/2015- Fonte: O Estado de S. Paulo



O reservatório da Usina de Furnas iniciou junho com o nível mais baixo dos últimos 14 anos. Com 28% da capacidade, ele está acima apenas que 2001, ano em que ocorreu o chamado "apagão" e em que uma crise hídrica fez com que a hidrelétrica iniciasse junho com 16,25% de sua capacidade. A baixa quantidade de agora se deve à chuva que não correspondeu e à divisão da água com outras usinas da região.

Em junho do ano passado, quando a situação foi considerada crítica, Furnas iniciou junho com 29,11% da capacidade, uma quantidade já considerada muito baixa. Isso porque o reservatório costuma chegar neste mês com mais de 70% da capacidade. Junho é considerado importante porque marca a entrada do período do ano considerado seco, após o chamado "período úmido".

Furnas responde por 17,18% de toda a energia elétrica produzida no Sudeste e Centro Oeste do país.

Furnas fica no Rio Grande, no município de São João da Boa Vista, no sul de Minas Gerais, e responde por 17,18% de toda a energia elétrica produzida no Sudeste e Centro Oeste do país. Outra usina também no Rio Grande e na mesma região de Minas -a Mascarenhas de Moraes- está em situação parecida, com 28,64% da capacidade.

O mesmo índice não se repete em outras hidrelétricas do Rio Grande, que operam em melhor situação. A Usina de Marimbondo trabalha hoje com 60,59% e a Usina Água Vermelha tem 64,06%. A medição dos reservatórios é feita pelo ONS (Operador Nacional do Sistema), que não comenta a situação das hidrelétricas.

Manobras. No ano passado a estiagem fez com que o órgão controlasse o nível de água dos reservatórios para evitar que algum deles, principalmente o de Furnas, ficasse muito baixo. A usina recebeu água de Mascarenhas de Moraes após uma disputa na Justiça que envolveu municípios da região.

Leilão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) marcou para o dia 14 de agosto o primeiro leilão de reserva exclusivamente para contratação de energia solar. O objetivo é aumentar a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN) e reduzir o risco de desequilíbrio entre oferta e demanda de energia devido a atrasos em obras, estiagem e problemas que tornem as usinas já em operação temporariamente indisponíveis. O preço-teto da energia ainda não foi definido.

Segundo a agência, os interessados deverão iniciar a entrega de energia em 1º de agosto de 2017. Os contratos terão prazo de 20 anos. Não serão aceitos projetos com potência inferior a 5 MW. O edital ficará aberto em audiência pública de 3 de junho a 3 de julho.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), já foram cadastrados 382 projetos, que somam 10 mil MW. A maioria dos projetos inscritos é da Bahia, mas há empreendimentos cadastrados em diversos Estados do País.

Tendência é produção de minério de ferro reduzir em Minas e aumentar no Pará, diz sindicalista

03/06/2015- Fonte: Mining.com

Representantes da Vale compareceram em uma plenária com integrantes do movimento Reage Itabira na manhã desta terça-feira, 2 de junho, em Itabira. O encontro foi acontecido na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e contou com Dênis Pedroso (Relações Trabalhistas) e Letícia de Oliveira (Comunicação com as Comunidades), além de integrantes de entidades.

O objetivo do encontro foi fazer um diagnóstico atual da vocação de Itabira, a necessidade de diversificação da economia local e transmitir à mineradora o atual cenário da cidade, diante das recentes demissões. De acordo com o presidente do Sindicato Metabase, Paulo Soares, a discussão é antiga, feita entre a Vale e a população itabirana já há cerca de 30 anos.

Segundo o sindicalista, a realidade atual é bem diferente daquela época, uma vez que a própria empresa já adiantou que a tendência é de que a produção de minério de ferro em Minas Gerais sofra uma redução, enquanto no Estado do Pará acontecerá o inverso. "Só para você ter uma ideia, vai ser uma briga de Estado. O Estado de Minas Gerais, com o Estado do Pará. O que nós temos que fazer? Fazer essa discussão com seriedade agora", sugeriu o sindicalista.

Paulo deu uma perspectiva preocupante de que, em três anos, esse cenário já faça parte da realidade. A assessora de Comunicação com as Comunidades, Letícia de Oliveira,

afirmou apenas que a mineradora busca dialogar com a população. O sindicalista disse que a Vale captou os anseios da cidade e que os representantes transmitirão as informações às esferas superiores.

Para Paulo Soares, a reunião desta terça-feira é o primeiro passo para o diálogo com a mineradora. No encontro, membros de entidades fizeram um retrospecto da Vale em Itabira e deram diversas sugestões para a diversificação econômica do município.

Demissões

Em relação às demissões, Paulo afirmou que dos últimos 15 dias até hoje, não houve nenhuma rescisão e que a Vale informou que a rotatividade de pessoal continuará normal, dentro do patamar de 2,5% ao ano, a partir deste mês.

O que fez os preços das ações da Vale e do minério de ferro descolarem

03/06/2015- Fonte: Mining.com

As ações da Vale (VALE3; VALE5) historicamente andam de mãos dadas com a cotação do minério de ferro. Quando a commodity cai na China, naturalmente, a ação da mineradora recua na Bovespa e o mesmo ocorre na mão inversa. Isso porque o minério de ferro é o principal produto da exportadora e qualquer variação no preço inevitavelmente impactará sua receita. No mês de maio, no entanto, a correlação entre os dois ativos perdeu força. Isso porque as ações ordinárias da Vale caíram 11% e as preferenciais recuaram 7,5%, enquanto o preço do minério de ferro entregue no porto de Qingdao subiu 11% no mês passado.

Mas o que explica esse descolamento? Segundo o analista Lauro Vilares, da Guide Investimentos, o movimento ocorreu para que os preços se ajustassem, dado que a Vale subiu muito mais do que a commodity em abril. Enquanto a mineradora (VALE5) subiu 22%, o minério avançou "apenas" 9%.

Então, nos últimos três meses as ações preferenciais da Vale caíram 3,6% e o minério, 0,6%, performances bem parecidas. "Entendo o mês passado como um retorno à normalidade depois de um abril bem melhor para as ações da mineradora", comenta Villares.

Além disso, analistas de mercado vêm apontando que os preços da commodity não devem se sustentar em patamar tão elevado e que o normal é que as ações se ajustem. "O cenário ainda é de queda de preços. Acredito que após vários relatórios de analistas apontando nessa direção, o preço da ação sucumbiu às especulações e voltou à realidade", disse o analista independente Pedro Galdin, do blog What's Call.

Segundo a ANZ apontou no início de maio, os preços do minério são vistos operando em uma faixa de US\$ 50 a US\$ 60 a tonelada nos próximos 12 meses. Hoje, são cotados a US\$ 61,85.

Ou seja, a probabilidade de uma arrancada é baixa, dado que os preços devem permanecer sob pressão enquanto expansões de suprimento de oferta de baixo custo ofuscam cortes de pequenas mineradoras. Em relatório desse mês, o UBS escreveu que

os preços serão, em média, de US\$ 50 este ano. “O viés é de baixa e o preço da ação vai repercutir isso mais cedo ou mais tarde”, reforça Galdi.

Metais operam pressionados por vendas de especuladores, mas podem se recuperar

03/06/2015- Fonte: Mining.com

Os metais básicos operam pressionados por vendas feitas por especuladores que estão desfazendo posições. No entanto, o enfraquecimento do dólar diante do euro e a perspectiva de melhora na economia dos EUA – que é um grande consumidor de metais – alimentam expectativas de recuperação dos preços adiante.

Na London Metal Exchange (LME), o cobre para três meses caía 0,5%, para US\$ 5.993,50 por tonelada, por volta de 8h (de Brasília). Na Comex, o cobre para julho operava com leve alta de 0,13%, a US\$ 2,7235 por libra-peso, às 8h20.

“Especuladores e investidores financeiros continuam saindo do mercado e, assim, estão pressionando os preços”, comentou Daniel Briesemann, analista de commodities do Commerzbank. Por outro lado, “a economia dos EUA, no geral, parece estar a caminho de se recuperar depois de um fraco primeiro trimestre”, acrescentou. Como isso pode se refletir em aumento da demanda por metais, os preços provavelmente subirão em breve, disse.

Entre os outros metais básicos negociados na LME, o alumínio caía 0,9%, para US\$ 1.745,50 por tonelada; o zinco recuava 0,7%, para US\$ 2.139,50 por tonelada; o níquel perdia 1,1%, para US\$ 12.835 por tonelada; e o chumbo declinava 0,3%, para US\$ 1.927,50 por tonelada. Já o estanho subia 0,3%, para US\$ 15.415 por tonelada.